



## Congresso Nacional aprova Plano Plurianual 2020-2023

Estão previstos investimentos no valor de R\$ 6,8 trilhões para o período de quatro anos. Segundo o governo, esse PPA vai priorizar políticas públicas para a primeira infância

Waldemir Barreto/Agência Senado



Davi Alcolumbre (C) destaca maturidade do Congresso ao votar este ano matérias importantes para o país, dando respostas que a sociedade aguardava

O Congresso Nacional aprovou ontem o projeto do Plano Plurianual (PPA) para o período 2020-2023. O texto aprovado foi um substitutivo do senador Oriovisto Guimarães à proposta original do Executivo, ao qual foram incorporadas 326 emendas das 542 apresentadas. O projeto segue para sanção presidencial.

O PPA estabelece, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da administração pública para investimentos. No total, a proposta apresenta ações no valor de R\$ 6,8 trilhões para o período de quatro anos.

O líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes, comemorou a aprovação do plano e disse que 2019 foi um ano de vitórias para o governo. **3**

### Colegiado aprova pacote anticrime, que vai a Plenário

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem o pacote anticrime, que muda a legislação penal e processual penal

para aperfeiçoar o combate à violência. Por acordo de líderes, o texto, aprovado na quarta-feira pelos deputados, foi mantido. **7**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Simone esclareceu que, por acordo, foi mantido o texto da Câmara

### Mantidos vetos de Bolsonaro a Fundo Partidário

Na sessão do Congresso Nacional de ontem, os deputados mantiveram, por 223 votos contra 193, o veto que barrou alguns pontos do projeto

que altera o Código Eleitoral. Entre eles, o que permitia às legendas o uso do dinheiro do Fundo Partidário para pagar multas e sanções relaciona-

das à legislação eleitoral ou partidária. Como o veto foi mantido pelos deputados, não foi preciso colocá-lo em votação pelos senadores. **3**



Roque de Sá/Agência Senado

Plenário da Câmara dos Deputados durante sessão conjunta para apreciação de vetos e de projetos de créditos

### Suplente de Flávio Bolsonaro nega disparos de notícias falsas

CPI das Fake News ouviu o empresário Paulo Marinho, dono da casa onde foi montada a central da campanha de Jair Bolsonaro, que negou o uso do espaço para divulgação de notícias falsas em 2018. **8**

### Davi Alcolumbre diz que vai esperar decisão da Câmara sobre 2ª instância

O presidente do Senado disse que vai aguardar a votação na Câmara da PEC, em 2020, que permite prisão após segunda instância. No Senado, CCJ conclui hoje a análise de projeto sobre o mesmo tema. **7**

### Avança projeto que cria metas para quem recebe incentivos fiscais

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem substitutivo ao projeto que define mecanismos de avaliação e revisão dos incentivos fiscais concedidos pela União a pessoa jurídica. **4**

Relatório é apresentado mas PEC Emergencial só será votada em 2020 **4**

Convidados defendem pagamento de professor com precatórios **6**

Plenário deve votar PEC sobre repasse para estados e municípios **4**

Instituição Fiscal Independente avalia melhora na economia **5**

# Comenda Zilda Arns premia ações em defesa da infância

O Senado condecorou ontem cinco pessoas e cinco instituições com o título que homenageia a pediatra e sanitarista. Hoje será entregue a Comenda Dom Hélder Câmara pelos direitos humanos

O SENADO PROMOVEU ontem sessão especial para a entrega da Comenda Zilda Arns. Foram condecoradas nesta primeira edição cinco pessoas e cinco instituições, indicadas pelos senadores pela sua atuação na proteção da criança e do adolescente no Brasil.

O senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), presidente do conselho da comenda, ressaltou que a homenagem é uma forma de reconhecimento público ao trabalho de pessoas e organizações que dão continuidade à atividade realizada pela fundadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns (1934-2010).

— Ela foi um exemplo de dedicação e de amor ao próximo — afirmou o senador.

As instituições homenageadas foram a Associação de Diabetes Infantil, a Casa Azul Felipe Augusto, a Catedral de Nossa Senhora da Conceição de Campina Grande, o Hospital Pequeno Príncipe e o Núcleo de Amparo ao Menor. As personalidades foram Alice Thümel Kuerten, Evangelia Kotzias Atherino dos Santos,



Esperidião Amin (2º à esq.), Leila Barros, Jorginho (2º à dir.) e Dário Berger

José Antônio Borges Pereira, Miguel Antônio Orlandi e Tânia Mara Garib. O premiado Divaldo Pereira Franco, por motivos pessoais, receberá a comenda em outra data.

Para Miguel Antônio Orlandi, conhecido pelo seu trabalho na formação de crianças e adolescentes das periferias, muito mais que uma homenagem, a comenda é uma forma de dar visibilidade à causa e às crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.

O procurador de Justiça José Antônio Borges Pereira disse que Zilda Arns foi uma grande personalidade do terceiro setor.

Sobrinho de Zilda, o senador

Flávio Arns (Rede-PR), disse que, ao fundar a pastoral em 1983, no Paraná, sua tia tinha como objetivo orientar e acompanhar as famílias vizinhas com ações básicas de saúde, educação, nutrição e cidadania. O trabalho tomou grandes proporções e relevância, e atualmente é realizado em todos os estados brasileiros e em outros 10 países da África, Ásia, América Latina e Caribe, segundo ele.

Em sessão marcada para hoje, será entregue a Comenda Dom Hélder Câmara a seis pessoas e uma entidade por suas contribuições relevantes à defesa dos direitos humanos.

## Congresso instala comissões mistas para 4 MPs

Hoje, a partir das 15h, serão instaladas as comissões mistas do Congresso que analisarão as Medidas Provisórias 899, 905, 906 e 907, todas de 2019.

A MP 899 estabelece os requisitos para que a União e os devedores façam acordo em torno de extinção de crédito tributário. A MP 905 cria o Contrato Verde e Amarelo, por meio de mudanças na legis-

lação trabalhista, para jovens entre 18 e 29 anos. A MP 906 altera a Política Nacional de Mobilidade Urbana, ampliando o prazo para os municípios elaborarem seus planos de mobilidade urbana para até 12 de abril de 2021. E a MP 907 transforma a Embratur — Instituto Brasileiro de Turismo — em Agência Brasileira de Promoção Internacional do

Turismo, também sob a sigla Embratur, além de isentar do pagamento de direitos autorais a execução de músicas em hotéis e embarcações.

As comissões mistas temporárias que examinam MPs alternam seus presidentes e relatores entre deputados e senadores e, por acordos de líderes, os partidos também dividem esses cargos.

## CPI da Chapecoense elege hoje presidente e relator

Está prevista para hoje, às 9h, a instalação e a eleição dos membros da CPI sobre a situação dos familiares de vítimas do acidente de avião com a equipe da Chapecoense, ocorrido em 28 de novembro de 2016.

A CPI da Chape será composta por 11 senadores titulares e 7 suplentes.

A comissão vai apurar, no prazo de 180 dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião na Colômbia que transportava jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol, assim como a situação dos familiares dos jornalistas e convidados que

perderam suas vidas.

O grupo também deverá investigar e identificar o motivo de os familiares das vítimas ainda não terem recebido as devidas indenizações pelas 71 pessoas mortas no acidente.

O requerimento da CPI é de Jorginho Mello (PL-SC) e Nelsinho Trad (PSD-MS).

## Medida sobre transferência de terras será votada

A comissão mista da medida provisória que facilita a doação de terras do patrimônio da União a Roraima e Amapá pediu mais tempo para analisar o relatório sobre a MP 901/2019, elaborado pelo deputado Édio Lopes (PL-RR).

O colegiado achou necessário avaliar melhor o texto e o presidente da comissão, senador Lucas Barreto (PSD-AP), remarcou a votação para hoje, às 14h.

A MP resguarda os direitos adquiridos dos beneficiários

de títulos expedidos pela União, sem registros cartoriais. O senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR) apresentou emenda para permitir que o assentamento prévio só seja necessário acima dos 10 quilômetros de fronteira.

## Colegiado aprova criação da Semana da Mulher Senadora

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou o projeto de resolução que cria, no âmbito do Senado, o programa Semana da Mulher Senadora. A intenção do PRS 80/2019, da senadora Soraya Thronicke (PSL-MS), é incentivar as cidadãs a se envolverem mais com a política e com as pautas ligadas à igualdade de gênero.

O programa, que agora será analisado pela Comissão Diretora do Senado, prevê a realização de um concurso de redação, todos os anos, para selecionar cidadãs de todo o país para viverem, durante uma semana, a atividade parlamentar no Senado, nos mesmos moldes do Projeto Jovem Senador. Durante uma sessão no Plenário, elas aprovariam projetos que passariam a tramitar normalmente na Casa, podendo se tornar leis.

Caberá à Secretaria de Relações Públicas escolher o tema de cada concurso, que sempre tratará da condição da mulher na sociedade, estimulando reflexões sobre a igualdade de gênero. As vencedoras, uma de cada unidade da Federa-

ção, participarão da Semana da Mulher Senadora, que será sempre realizada em março.

A relatora do projeto foi a senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE).

— As mulheres poderão ver, pelo exemplo e pela experiência, como é possível expor os problemas do país e construir soluções pela via parlamentar. Com um pouco de sorte, talvez despertemos até algumas vocações para a política, contribuindo para uma ocupação mais igualitária de cargos eletivos por homens e mulheres. A representatividade feminina importa. Por mais que possamos ter homens sensíveis às causas femininas, nada substitui o peso de ver mulheres exercendo diretamente cargos eletivos, clamando pela igualdade real com a própria voz — disse.

Hoje, lembrou Maria do Carmo, as parlamentares são pouco mais de 11% no Parlamento, número extremamente baixo se comparado à proporção de mulheres na sociedade (51%), pondo o Brasil na 156ª colocação mundial neste quesito.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



- CAE-CRA Terras para estrangeiros**  
9h Análise do PL 2.963/2019, que libera compra de terras por estrangeiros.
- CDR Diário na hotelaria**  
9h Análise do PL 2.645/2019, sobre cobrança da diária inaugural na hotelaria.
- CRA Caminhonete para produtor**  
9h Análise do PL 2.966/2019, que isenta o produtor rural de IPI na compra de caminhonete.
- CTFC Semicondutores e displays**  
9h Debate sobre o Programa de Apoio a Indústria de Semicondutores e Displays, com foco em células fotovoltaicas.
- CPI DA CHAPECOENSE Instalação**  
9h05 Instalação e eleição do presidente.
- CAS Acompanhamento em escolas**  
9h30 Análise do PL 4.138/2019, que obriga os pais a acompanharem a educação dos filhos nas escolas.
- CCI Partido de parlamentar**  
9h30 Análise da PEC 54/2016, que impede parlamentar de ficar sem partido por mais de 90 dias.
- CCT Antenas de telecomunicações**  
10h Apreciação de relatório de avaliação de política pública. Depois, análise do PL 3.269/2019, que autoriza a instalação de antenas de rede de telecomunicação quando houver o silêncio positivo.
- CMO Relatórios ao PPA e ao PLOA**  
10h Análise de relatórios apresentados ao PPA 2020-2023 e ao PLOA de 2020. Avaliação prossegue às 14h30, às 18h e às 20h.
- SESSÃO ESPECIAL Comenda**  
11h Entrega da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.
- CPMI DAS FAKE NEWS Depoimentos**  
13h Depoimentos de Diogo Rais Rodrigues Moreira, Rafael de Almeida Evangelista e Leonel Azevedo de Aguiar.
- CMCVM Lei Maria da Penha**  
14h Lançamento da publicação de seminário sobre os 12 anos da Lei Maria da Penha.
- MERCOSUL Eleição Parlasul**  
14h Eleição do presidente e de dois vices presidentes da representação brasileira.
- MP 901/2019 Terras da União**  
14h Apreciação de relatório.
- PLENÁRIO Economia solidária**  
14h Análise do PLC 137/2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária.
- MP 900/2019 Fundo ambiental**  
14h30 Audiência com consultores sobre a MP que cria fundo ambiental privado.
- MP 907/2019 Embratur**  
15h Instalação da comissão que avaliará a MP que reformula a Embratur e cobra mais IR nas remessas ao exterior.
- MP 906/2019 Mobilidade urbana**  
15h15 Instalação da comissão que apreciará a MP que amplia prazo para o Plano de Mobilidade Urbana.
- MP 905/2019 Contratação de jovens**  
15h30 Instalação da comissão que vai analisar a MP que cria o Contrato Verde e Amarelo.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

# Congresso mantém vetos a Fundo Partidário

Jair Bolsonaro havia vetado a possibilidade de os partidos pagarem multas eleitorais com recursos do fundo e o prazo-limite para requerer a inelegibilidade de candidato

POR 223 VOTOS a 193, os deputados mantiveram na sessão do Congresso Nacional de ontem o veto que barrou alguns pontos do PL 5.029/2019, que altera o Código Eleitoral. Como o veto foi mantido pelos deputados, não foi preciso colocá-lo em votação pelos senadores. O código foi sancionado em setembro como a Lei 13.877, de 2019.

Foram analisados dois dispositivos vetados pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, sobre mudanças nas regras eleitorais: o que permitia às legendas o uso do dinheiro do Fundo Partidário para pagar juros, multas, débitos eleitorais e demais sanções relacionadas à legislação eleitoral ou partidária; e o que estabelecia o prazo-limite para requerer a inelegibilidade de candidatos. O texto vetado proibia que a inelegibilidade pleiteada durante o processo de registro fosse usada em recurso contra a diplomação.

Foram vetados ainda dispo-

sitivos que traziam anistias às multas aplicadas pela Justiça Eleitoral e um trecho que possibilitava gastos ilimitados com passagens aéreas, sem que fossem apresentados documentos que comprovassem as despesas e suas finalidades.

O presidente da República

não alterou, no entanto, a autorização para que os recursos do Fundo Partidário sejam usados para serviços de consultoria contábil e advocatícia, em qualquer processo judicial e administrativo de interesse partidário ou de litígio que envolva candidatos do partido,

eleitos ou não, relacionados ao processo eleitoral.

O retorno da propaganda partidária semestral, extinta em 2017, também foi vetado por Bolsonaro. Segundo as razões apresentadas, o retorno da propaganda partidária gera aumento das despesas

públicas sem apontar a fonte de recursos ou cancelar outra despesa obrigatória.

Os deputados que mantiveram o veto lembraram que estão sendo pressionados pela opinião pública para votar contra o aumento no Fundo Partidário e contra o uso de dinheiro público para pagar multas eleitorais.



À mesa, senador Omar Aziz, presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e presidente do Senado, Davi Alcolumbre

## Orçamento

Na quarta-feira passada, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou parecer preliminar do relator-geral, deputado Domingos Neto (PSD-CE), sobre o projeto da Lei Orçamentária Anual para 2020 (PLN 22/2019). O texto prevê R\$ 3,8 bilhões para o Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

Davi Alcolumbre declarou que deve colocar em votação o projeto da Lei Orçamentária Anual para 2020 na terça-feira da semana que vem, dentro do prazo legal para o encerramento do ano legislativo.

## Vai à sanção reinserção na LDO de itens vetados por Bolsonaro

O Congresso aprovou ontem o projeto de lei do Executivo que reintroduz na atual Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO — Lei 13.898, de 2019) itens vetados por Jair Bolsonaro que haviam sido mantidos por deputados e senadores, embora acordo entre os líderes prevesse a derrubada de alguns itens. O PLN 51/2019 segue para análise presidencial.

Entre outros dispositivos que devem voltar à LDO, está o que obriga o governo a executar as emendas de comissão mista permanente do Congresso; a redução do número de habitantes dos municípios que deverão ter as dotações para

o abastecimento de água, serviços de esgoto, manejo de resíduos sólidos e o saneamento discriminadas de 100 mil para 50 mil; o tratamento de órgão orçamentário — em caso de contingenciamento de recursos — à Funasa, à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), ao Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); e a exigência de prazo máximo de 90 dias para que os bancos e órgãos públicos homologuem projetos superiores a R\$ 10 milhões.

## Parlamentares acatam veto a artigo de lei sobre marisqueiras

O Congresso Nacional manteve ontem o veto parcial ao projeto que deu origem à lei que define as responsabilidades do poder público no apoio ao desenvolvimento das atividades desenvolvidas pelas mulheres marisqueiras (Lei 13.902, de 2019).

Ao sancionar a lei, o presidente Jair Bolsonaro vetou o artigo do PLC 47/2017 que dava preferência na ordem de pagamentos de indenização às marisqueiras que ficassem impossibilitadas de exercer sua atividade, na hipótese de desastres ambientais provocados

ou não por ação humana em áreas de manguezais.

Na justificativa do veto, Bolsonaro alegou que o trecho contrariava o princípio constitucional da isonomia, ao criar preferência na ordem de pagamento de indenização em caso de desastre ambiental.

Ao defender a derrubada do veto, a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), que relatou o projeto no Senado, disse conhecer de perto as dificuldades enfrentadas por pescadores e especialmente pelas marisqueiras, que têm um trabalho ainda mais penoso.

## Aprovados créditos para Petrobras, docas e educação

O Congresso aprovou por votação em bloco uma série de projetos que liberam crédito para a Petrobras, para várias companhias docas nos estados e também para a área de educação.

Os parlamentares também aprovaram projetos que abrem créditos para diversos ministérios e órgãos do governo. Os textos seguem para a avaliação presidencial. São eles:

**PLN 10/2019:** concede crédito especial de R\$ 5,42 bilhões para investimentos da Petrobras. A maior parte será usada para a nacionalização de plataformas que estão em posse de subsidiária da empresa na Holanda.

**PLN 15/2019:** abre crédito suplementar de R\$ 1,8 bilhão para a Petrobras.

**PLN 24/2019:** abre crédito suplementar de R\$ 490 milhões em favor das Companhias Docas do Espírito Santo (Codesa), do Estado de São Paulo (Codesp) e da Infraero.

**PLN 29/2019:** abre crédito especial de R\$ 4 milhões em favor da Codesa, da Empresa Gerencial de Projetos Navais e da Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis. A maior parte (49,09%) é reservada a estudos para a implantação de parques eólicos.

**PLN 49/2019:** destina R\$ 5,3 bilhões para a participação da União no capital da Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), no âmbito do Ministério da Defesa (79,89%).

**PLN 31/2019:** abre crédito suplementar no valor de R\$ 73,9 milhões em favor das Companhias Docas de seis estados. O maior valor de remanejamento destina-se à Infraero: R\$ 30 milhões.

**PLN 34/2019:** abre crédito especial para remanejar R\$ 45 milhões nos Ministérios da Educação (R\$ 38 milhões), do Desenvolvimento Regional (R\$ 6 milhões) e do Turismo (R\$ 1 milhão).

**PLN 44/2019:** libera crédito suplementar de R\$ 36,9 milhões para os Ministérios da Educação e da Saúde.

**PLN 26/2019:** abre crédito especial em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública (R\$ 10,3 milhões), da Educação (R\$ 3,4 milhões), da Cidadania (R\$ 1,6 milhões) e do Desenvolvimento Regional (R\$ 12,7 milhões).

**PLN 35/2019:** remaneja R\$ 9 milhões de emendas parlamentares.

**PLN 42/2019:** abre créditos suplementares de R\$ 2,1 bilhões para atender ministérios e outros órgãos do governo.

**PLN 28/2019:** aprova crédito especial de R\$ 36,6 milhões para obras das Justiças Federal e do Trabalho em quatro estados.

**PLN 48/2019:** abre mais de R\$ 3,8 bilhões em créditos suplementares para diversos ministérios.

**PLN 46/2019:** autoriza abertura de crédito de R\$ 7,7 milhões para manutenção de

contrato de gestão em favor do Conselho Nacional de Justiça.

**PLN 50/2019:** abre crédito especial no valor de R\$ 5,7 bilhões para os Ministérios da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional, e para transferências aos estados, municípios e Distrito Federal.

**PLN 25/2019:** abre crédito suplementar de R\$ 52,1 milhões em favor de vários ministérios.

**PLN 37/2019:** destina crédito suplementar de R\$ 144,8 milhões para vários ministérios.

**PLN 47/2019:** destina R\$ 470 milhões para as Forças Armadas e o IBGE.

**PLN 39/2019:** autoriza a liberação de crédito especial no valor de R\$ 3,1 milhões, em favor do Ministério da Defesa.

**PLN 32/2019:** abre crédito suplementar no valor de R\$ 22,4 milhões em favor das Justiças Federal, do Trabalho e do Ministério Público da União (MPU).

**PLN 43/2019:** abre crédito especial de R\$ 4 milhões para o Ministério do Desenvolvimento Regional, para implantação de projetos públicos de irrigação na região Centro-Oeste.

**PLN 40/2019:** libera R\$ 1,024 bilhão para regularização fundiária e extensão rural na Amazônia; prevenção, fiscalização, combate e controle do desmatamento, e ações emergenciais para minimizar a vulnerabilidade a incêndios.

# Vai a Plenário projeto que cria metas para quem receber incentivo fiscal

Intenção é aperfeiçoar a Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar alcance e impacto dos benefícios para as contas de estados e municípios

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem um substitutivo apresentado ao projeto de lei complementar que define mecanismos de avaliação e revisão dos incentivos fiscais concedidos pela União a pessoa jurídica que resultem em diminuição da receita ou aumento de despesas. O PLP 41/2019 segue para Plenário.

A intenção é aperfeiçoar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e reavaliar o alcance dos benefícios e seu impacto para as contas de estados e municípios, explica o autor, senador Esperidião Amin (PP-SC). O texto foi relatado pelo senador Luiz do Carmo (MDB-GO), autor do substitutivo, que também promove acréscimos no Código Tributário e na Lei Complementar 105, de 2001, que trata do sigilo das operações financeiras.

O projeto estabelece critérios objetivos, metas de desempenho e procedimentos para concessão, alteração e avaliação periódica dos impactos econômico-sociais de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira



Plínio Valério (D) e Omar Aziz, que preside reunião para votação do texto

ou creditícia para pessoas jurídicas do qual decorra diminuição de receita ou aumento de despesa.

No início deste ano, Amin criticou em Plenário o montante que corresponderia às renúncias fiscais no Orçamento da União de 2019, que chegaria a R\$ 370 bilhões. Esse seria um dos motivos que justificariam comprovar a existência de resultados eficientes que justifiquem a renúncia fiscal, afirmou.

O projeto recebeu elogio do senador Tasso Jereissati

(PSDB-CE), por vir em um momento de deficit fiscal.

— Os gastos tributários fazem parte relevante desse deficit fiscal. Por isso, o projeto é acima de tudo oportuno.

## Zona franca

O presidente da CAE, senador Omar Aziz (PSD-AM), disse que, para a Zona Franca de Manaus, o projeto vem em boa hora, pois avalia o custo e o benefício dos incentivos.

— Podemos dizer que proporcionamos ao Brasil, não só o Amazonas, mas a Ama-

zônia de um modo geral, uma prestação de serviço, que é impagável, que é a relação da questão ambiental — afirmou.

O ato normativo de concessão, ampliação, manutenção ou renovação de qualquer benefício de natureza tributária que implique renúncia de receita e cujo beneficiário seja pessoa jurídica deverá especificar os objetivos de política pública a que se destina e estar acompanhado de prazo de vigência e metas de desempenho. Também deverá atender os critérios de funcionalidade e efetividade e ser administrado mediante mecanismos permanentes de avaliação e transparência, que sigam os padrões mínimos estabelecidos pelo Poder Executivo.

O substitutivo excluiu da obrigatoriedade de avaliação as políticas destinadas a micros e pequenas empresas. O texto estabelece ainda que a apuração de metas dos benefícios fiscais deverá levar em consideração as eventuais falhas do poder público em cumprir suas responsabilidades dentro da política implementada.

## Avança repasse direto de dinheiro a entes federados

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem o parecer de Antonio Anastasia (PSDB-MG) à proposta de emenda à Constituição que permite a transferência direta de dinheiro para estados, Distrito Federal e municípios por meio de emendas parlamentares individuais ao Orçamento e sem necessidade de convênio. O texto segue para o Plenário.

A PEC 48/2019 é originada da PEC 61/2015, da então senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), aprovada pelo Senado em abril. Como a proposta foi modificada pelos deputados, retornou ao Senado. O relator manteve as alterações da Câmara e acolheu parcialmente duas emendas, de Alvaro Dias (Podemos-PR) e Major Olimpio (PSL-SP), para que o uso dos recursos transferidos sejam fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria-Geral da União, em vez de transferir a atribuição a cada ente, conforme proposto pela autora.

## Ceará deve ser autorizado a tomar empréstimos do Bird

O estado do Ceará deverá ser autorizado a contratar dois empréstimos junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) para financiar projetos de segurança hídrica, agricultura familiar e gestão pública. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem duas mensagens da Presidência da República que autorizam operações de crédito externo nos valores de US\$ 139,8 milhões e US\$ 100 milhões. As mensagens seguem para votação em Plenário, com requerimento de urgência.

Relator das duas mensagens, Fernando Bezerra

Coelho (MDB-PE) lembrou que o governo do Ceará realiza os programas há muitas gestões.

— O estado do Ceará tem o melhor modelo de gestão de recursos hídricos de todo o Brasil e esses recursos vão ampliar a capacidade de resposta sobretudo àquelas populações que habitam o semiárido cearense para conviver com a seca.

Cid Gomes (PDT-CE) ressaltou que, com esses dois financiamentos, o Ceará atinge a cota a que tem direito — o que é raro, pois são poucos os estados que conseguem cumprir as exigências do Bird.

## Comissão aprova financiamento para programa do Paraná

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) autorizou ontem operação de crédito externo de US\$ 118,3 milhões do Paraná com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O texto, relatado por Rodrigo Pacheco (DEM-MG), segue para o Plenário em regime de

urgência. O dinheiro vai para o programa Paraná Urbano III, voltado para melhorias de infraestrutura dos municípios paranaenses. O relator destacou que os desembolsos devem ocorrer ao longo de cinco anos e confirmou que os requisitos básicos para o empréstimo foram atendidos.

## PEC Emergencial tem relatório, mas fica para 2020

A votação da PEC Emergencial, parte do Plano Mais Brasil — um pacote de medidas do governo para cortar gastos e garantir equilíbrio fiscal — ficou para 2020. Ontem o relator da PEC 186/2019 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), leu seu parecer, em que recomenda a aprovação do texto na forma de um substitutivo, ou seja, com uma série de mudanças.

Antes da votação, porém, serão feitas duas audiências, que deverão ser agendadas para as duas primeiras semanas de fevereiro. Requerimentos com esse objetivo foram aprovados ontem. Mas a data e os convidados ainda serão definidos pelo governo e oposição.

Segundo o líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), que apresentou a proposta, se fosse aprovada até o fim deste ano, a PEC Emergencial poderia elevar a previsão de investimento público de R\$ 19 bilhões para R\$ 26 bilhões já em 2020. Para a equipe econômica do governo, o potencial da proposta é destravar até R\$ 50 bilhões em 10 anos.

Bezerra elogiou o trabalho feito por Oriovisto e ressaltou que a PEC não é impositiva,



Senador Oriovisto Guimarães lê parecer em que recomenda aprovação

mas surge como uma oportunidade para gestores municipais e estaduais organizarem as suas contas.

— É um trabalho de profundidade, de qualidade, que aponta para a necessidade de encontrarmos uma saída para o equilíbrio das contas públicas, que não é apenas um problema da União, mas um desafio para estados e municípios brasileiros — disse.

## Contenção

O objetivo principal da PEC é a contenção do crescimento das despesas obrigatórias para todos os níveis de governo, de forma a viabilizar o gradual ajuste fiscal. A proposta mexe na chamada regra de ouro da Constituição, dispositivo que proíbe o governo de contratar dívida para bancar despesas

correntes, como salários e benefícios sociais. Segundo o governo, há uma excessiva compressão das despesas discricionárias — fruto, principalmente, das indexações das despesas obrigatórias.

Entre as medidas de ajuste, está a inclusão das despesas com pensionistas no limite de despesas com pessoal. Também será suspensa a criação de despesas obrigatórias e de benefícios tributários. Algumas dessas medidas temporárias atingem os servidores: suspensão de progressão na carreira, proibição de concursos, vedação a pagamento de certas vantagens e redução da jornada com redução de salário (em até 25%). Conforme estabelecido pelo texto da PEC, o valor de 25% dessa economia será direcionada a infraestrutura.

# Congresso aprova Plano Plurianual 2020-2023

Projeto passou ontem pela manhã na Comissão Mista de Orçamento com um único destaque, do senador Izalci Lucas, para aumentar recursos destinados à Embrapa. Texto segue à análise do presidente

O CONGRESSO APROVOU ontem o projeto de lei do Plano Plurianual (PPA) para o período 2020-2023 (PLN 21/2019). A proposta aprovada foi um substitutivo do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) ao texto original do Executivo, ao qual foram incorporadas 326 emendas das 542 apresentadas. O texto segue sanção.

Pela manhã, o parecer havia sido aprovado na Comissão Mista de Orçamento, com um único destaque, de Izalci Lucas (PSDB-DF), para uma emenda que aumenta os recursos a serem destinados à Embrapa. Segundo o governo, o objetivo do PPA é priorizar as políticas



O presidente da comissão, Marcelo Castro (E), ouve Eduardo Gomes (D)

para a primeira infância.

— Vários programas espelham a importância conferida à criança. Apesar do cenário fiscal desfavorável, houve acolhimento de recursos para

ampliar esse atendimento — disse Izalci.

O PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital (investimentos) e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. As demais leis orçamentárias (como LDO e LOA) seguem as linhas gerais do PPA.

Oriovisto concordou com o modelo conceitual enviado pelo Executivo. No total, a proposta representa ações no valor de R\$ 6,8 trilhões no período de quatro anos e estabelece cinco eixos principais — econômico, social, infraestrutura, ambiental e institucional —, mais a estratégia de defesa, consubstanciados em 13 diretrizes, 15 temas, 66 programas e 61 metas quantificáveis. No atual, estão previstos 54 programas, 304 objetivos e 1.136 metas.

Para o líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), o ano de 2019 foi de vitórias para o governo.

— O presidente Jair Bolsonaro concluiu um ano praticamente com ampla vitória na negociação com o Congresso.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, também destacou a maturidade do Congresso ao votar ao longo do ano matérias importantes para o país.

— Este ano, não tenho dúvidas, as respostas que a sociedade aguardava foram dadas em votações importantes.

do relator-geral da proposta orçamentária, deputado Domingos Neto (PSD-CE), que já recebeu apelos para ampliar os recursos destinados a diversas ações. A votação do parecer do relator-geral está prevista para a próxima semana, no dia 17. O texto deve seguir para o Plenário do Congresso na mesma data ou no dia seguinte.

Diversos relatores setoriais manifestaram preocupação com as despesas que estão condicionadas à aprovação de créditos adicionais — no grupo estão, por exemplo, ações do Bolsa Família e da Polícia Federal. Em 2020, será necessário mais uma vez emitir títulos públicos para cobrir despesas correntes, ferindo a “regra de ouro”. Pela Constituição, operações de crédito só podem financiar investimentos. O relator da área de desenvolvimento regional, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), concordou em negociar com o relator-geral um aumento na verba para o Minha Casa Minha Vida.

## Comissão Mista de Orçamento aprova 15 relatórios setoriais com despesas para 2020

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem a maior parte dos relatórios setoriais sobre despesas da proposta de lei orçamentária para o próximo ano (PLN 22/2019).

Foram aprovados relatórios setoriais das seguintes áreas: meio ambiente, minas e energia, presidência e relações exteriores, Justiça e segurança pública, desenvolvimento regional, agricultura, turismo, economia e defesa. Também para os setores de cidadania, esporte e cultura; educação; Poderes; ciência, tecnologia e comunicações; mulheres, família e direitos humanos; e infraestrutura.

Após as 15 aprovações, a reunião foi suspensa. A CMO deve votar hoje, às 15 horas, o último relatório setorial, o da saúde. Deve ser apreciado ainda o parecer sobre obras que ficarão bloqueadas em 2020, do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves.

Somente depois disso, será apresentado o parecer

## Procurador diz que fundo ajudará a preservar meio ambiente

O fundo ambiental privado criado pela Medida Provisória 900/2019 poderá contribuir para a preservação do meio ambiente, desde que contenha dispositivos que garantam segurança jurídica aos gestores públicos e impeçam a reincidência dos infratores, advertiu ontem o procurador da República Daniel Azeredo, em audiência na comissão mista que analisa a medida.

A MP autoriza o Ministério do Meio Ambiente a contratar, sem licitação, instituição financeira oficial para criar e gerir um fundo privado formado por recursos provenientes do pagamento de multa pela prática de crimes ambientais e a destiná-los ao custeio de serviços de preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente.

Presidente do Ibama, Eduardo Fortunato Bim disse que o fundo deverá gerir recursos

iniciais de R\$ 3 bilhões e afirmou que sua criação está prevista na Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 1998) e terá efeito pedagógico em relação à preservação ambiental.

A comissão mista é presidida pelo deputado Sidney Leite (PSD-AM) e o relator da MP é Alessandro Vieira (Cidadania-SE), para quem o fundo deve estar aberto à fiscalização e não beneficiar reincidentes na prática de crimes ambientais.

Sidney Leite, por sua vez, defendeu o aprimoramento da MP.

— A Caixa não é uma instituição célere, pode haver dificuldade na operacionalização dos repasses do fundo. Há que ter preocupação de não aplicar cem por cento dos recursos para que a verba possa obter rendimentos. Precisamos de colegiado para definir critérios na destinação dos recursos.



Relator, Alessandro Vieira (2º à dir.), ouve Eduardo Fortunato Bim, do Ibama

## Economia dá sinais positivos de retomada, avalia instituto fiscal

A economia deu boas notícias nas últimas semanas, aponta a Instituição Fiscal Independente (IFI) em seu Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) deste mês. A alta do produto interno bruto (PIB) em 0,6% no terceiro trimestre de 2019, a melhora gradual do mercado de trabalho e do crédito à pessoa física, as reduções da taxa básica de juros e a liberação de recursos do FGTS são sinais positivos da intensificação do ritmo da atividade econômica, diz a IFI.

O aumento do consumo das famílias foi um dos destaques dos últimos meses.

“O consumo das famílias e a formação bruta de capital fixo (investimentos) exerceram as maiores contribuições para o PIB do terceiro trimestre de 2019”, afirma o relatório.

O relatório avalia que o crédito vem tendo desempenho vigoroso, em especial nas operações de pessoa física. Para a IFI, os resultados mostram que há espaço para redução dos juros ao consumidor se a retomada econômica se sustentar e a inadimplência cair. A previsão mais recente da IFI sobre o crescimento do PIB é de altas de 1% em 2019, 2,2% em 2020 e 2,5% em 2021.

## Medida extingue fundo de reservas monetárias

O governo federal editou medida provisória que extingue o fundo de reservas monetárias criadas pelo artigo 12 da Lei 5.143, de 1966, que instituiu o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A MP 909/2019 determina que o dinheiro que restar da dedução do imposto pelo Banco Central será usado, entre outros fins, para o pagamento da dívida

pública. As novas destinações deverão observar os recursos aplicados em operações com compromisso de revenda e as demais disponibilidades, após a liquidação pelo BC.

A MP cancela os títulos públicos que compõem as reservas monetárias e dá à Caixa a missão de extinguir saldos residuais de contratos habitacionais sob a titularidade do fundo. O texto diz ainda

que os órgãos competentes editarão os atos necessários à transferência do dinheiro.

O fundo, que hoje não tem uma função específica, é administrado pelo Banco Central e encerrou o ano de 2018 com R\$ 8,7 bilhões em ativos. De acordo com o BC, a reserva monetária deixou de receber novos ingressos originários da arrecadação daquele imposto.

Com Agência Câmara

## Após decisão do STF, Congresso aprova crédito para o Maranhão

O Congresso aprovou ontem a abertura de crédito ao Orçamento de R\$ 63,4 milhões, recurso que a União vai emprestar ao Maranhão, para que o estado possa quitar precatórios estaduais vencidos (PLN 36/2019).

A decisão ocorreu após decisão liminar do ministro do STF Marco Aurélio Mello, em julho.

O valor total pleiteado pelo Maranhão é de R\$ 623,5 milhões. Os R\$ 63,4 milhões se referem apenas à primeira parcela. Na mensagem de abertura de crédito enviada ao Congresso, o Executivo lembra que ainda não houve a decisão final do STF, sendo o depósito do valor da primeira parcela uma forma de demonstrar boa-fé.

# Debate: precatório deve ser usado para pagar professor

Convidados de audiência criticaram a proibição pelo Tribunal de Contas da União do uso dos títulos de crédito do antigo Fundef e consideraram legítima a contestação judicial desse entendimento

A PROIBIÇÃO DO uso dos precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) para pagamento de salários de professores, determinada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), foi criticada ontem em audiência na Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle (CTFC) pelos debatedores, que consideraram legítima a contestação judicial desse entendimento.

O Fundef vigorou de 1996 a 2006 e é o antecessor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ressaltou que a lei que criou o Fundeb (Lei 11.464, de 2007) destina pelo menos 60% dos recursos para o pagamento dos professores.

Para o deputado JHC (PSB-AL), os órgãos de controle foram movidos por inobservância da intenção que embasa o fundo. A professora de São Luís do Quitunde (AL) Sofia



Senador Rodrigo Cunha (C) comanda audiência sobre uso do Fundef

Costa, desafiou o TCU a atacar todas as “artimanhas” no investimento em escolas envolvendo obras superfaturadas e desvio de verbas.

Representando o Ministério da Educação, Fábio Ibiapina ratificou o entendimento do TCU, mas disse que os acordos homologados no Judiciário permitindo a vinculação dos precatórios ao pagamento dos salários podem ser declarados e fiscalizados.

Representando o Fundo

Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Flávio Carlos Pereira considerou adequados os esforços legislativos para pacificar a questão e evitar o recurso ao Judiciário. Secretária de Controle Externo da Educação do TCU, Vanessa de Lima disse que o entendimento do tribunal foi técnico e não representa um confronto de classes. Ela lembrou que a vedação da vinculação deverá ser analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Jefferson Ruy/Agência Senado

## Weintraub será convidado a explicar impacto da PEC do Pacto Federativo

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem o pedido do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) para que seja realizada uma audiência pública sobre a PEC do Pacto Federativo (PEC 188/2019). O convidado da audiência é o ministro da Educação, Abraham Weintraub, que deverá falar sobre o impacto da PEC no setor da educação.

Além de medidas relacionadas à distribuição dos recursos arrecadados entre os entes federativos, a PEC unifica os mínimos constitucionais para os setores de saúde e educação. Hoje os estados são obrigados a aplicar 25% da receita proveniente de impostos e de transferências na educação, e pelo menos 12% na saúde. Já nos municípios, a educação também recebe 25%, e a saúde, 15%. Com a unificação proposta na PEC, os estados seriam obrigados a aplicar no mínimo 37% nas duas áreas conjuntamente, e os municípios, 40%.

A PEC determina o repasse integral do salário-educação, hoje em torno de R\$ 9,3 bilhões, para estados e municípios. E prevê a compra de

vagas em escolas privadas para alunos carentes, na eventualidade de não haver vagas em escolas públicas próximas da casa do estudante. A data da audiência com Weintraub será definida com o ministro.

Também a pedido de Izalci, a CE deve realizar uma audiência sobre o projeto que propõe validar diplomas de educação superior expedidos irregularmente por faculdades que ofereceram cursos não credenciados pelo Ministério da Educação. Izalci é crítico do PL 2.992/2019, de Eduardo Gomes (MDB-TO).

— A PM de Goiás identificou mais de 10 mil diplomas falsos apresentados por candidatos no mais recente concurso que fizeram. Já a Secretaria de Saúde do DF identificou outros 20 mil. Ou seja, só aqui em Brasília e Goiás são pelo menos 30 mil diplomas falsos. Como vamos convalidar isso tudo? Não faz sentido. Conversei com o autor do projeto e sei que é bem intencionado, foi apresentado a pedido de universidades de ensino a distância. Mas o tema é delicado. Ou nós rejeitamos o projeto, ou o alteramos profundamente.

## Projeto regula apresentação de artistas de rua em estações de metrô e ônibus

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem o projeto do senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) que regula as apresentações artísticas em estações de metrô e ônibus e arredores (PL 3.964/2019). O objetivo é garantir direitos a artistas de rua que usam as estações para apresentações em troca das contribuições voluntárias dos usuários.

O relator, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), observou que as apresentações de artistas em estações de metrô ou ônibus são uma tradição cultural não só no Brasil, mas em diversos outros países.

Mas no Brasil são comuns os conflitos com autoridades policiais, que reprimem esses artistas em nome da ordem pública ou outras razões

alegadas, disse o senador. Por isso, Gomes defendeu a aprovação de uma legislação nacional sobre o assunto, pois alguns estados e municípios aprovaram leis proibindo que esses artistas se apresentem nas estações e seus arredores.

Pelo texto aprovado, as apresentações artísticas nas estações serão reguladas pelo poder público, não podendo interferir na qualidade da prestação dos serviços de transporte ou no bem-estar dos usuários.

Ficam liberadas as apresentações musicais vocais ou instrumentais, de poesia, de teatro, de dança, de artes plásticas e visuais.

O projeto segue para a análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

## Aprovadas sanções maiores a maus fornecedores

A Comissão de Transparência, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou ontem proposta que abre espaço para o aumento das sanções ao fornecedor que atenda mal o consumidor. O PL 4.316/2019, de Rodrigo Cunha (PSDB-AL), modifica o Código de Defesa do Consumidor para obrigar o fornecedor a entregar algo que não foi entregue e fazer o serviço para o qual foi contratado e para impedi-lo de causar prejuízo ao consumidor. O projeto segue para a Câmara, caso não haja recurso para votação em Plenário.

O relator na CTFC, Roberto Rocha (PSDB-MA), esclareceu que a lei atual prevê multa e sanções objetivas, que recaem sobre o produto ou serviço, como apreensão e suspensão



Roque de Sá/Agência Senado

Para Roberto Rocha, mérito do projeto é ampliar sanções administrativas

do fornecimento, e sanções subjetivas, que recaem sobre a atividade empresarial, como cassação de licença do estabelecimento, enquanto que a proposta prevê as obrigações amplas de “dar, fazer ou não fazer”.

“O principal mérito da proposição é ampliar o escopo das sanções administrativas

à disposição da autoridade administrativa, conferindo maior efetividade à sua atuação”, explica o senador em seu relatório.

Roberto Rocha fez apenas uma emenda ao projeto para prever que as sanções só se apliquem após conclusão de procedimento administrativo que assegure ampla defesa.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luís Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### Secretaria de Comunicação Social

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burle  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Pacote anticrime é aprovado em colegiado e vai a Plenário

Por acordo de líderes, a Comissão de Constituição e Justiça não alterou texto aprovado pela Câmara na quarta-feira passada. Projeto muda legislação penal para aperfeiçoar combate à violência

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem o pacote anticrime. A proposição introduz modificações na legislação penal e processual penal para aperfeiçoar o combate ao crime organizado, aos delitos do tráfico de drogas, tráfico de armas e milícia privada, aos crimes cometidos com violência ou grave ameaça e crimes hediondos, bem como para agilizar e modernizar a investigação criminal e a persecução penal.

O PL 6.341/2019 foi aprovado pelos deputados na quarta-feira passada e, como parte de um acordo para que seja acatado de forma definitiva ainda em 2019, os senadores decidiram não fazer nenhuma modificação de mérito no texto que seguiu, então, para o Plenário. O relator, senador Marcos do Val (Podemos-ES), reconheceu que a proposta tem pontos polêmicos, mas considerou que o substitutivo aprovado na Câmara “traz so-

**Crimes hediondos**



Passam a ser considerados crimes hediondos, sem anistia, graça ou indulto, e o condenado deve começar a cumprir a pena em regime fechado:

- Homicídio com arma de fogo de uso restrito ou proibido
- Roubo com restrição de liberdade da vítima
- Roubo com uso de arma de fogo de uso proibido ou restrito
- Roubo que resulte em lesão corporal grave da vítima
- Extorsão com restrição de liberdade da vítima ou lesão corporal grave
- Furto com uso de explosivo
- Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido
- Comércio ou tráfico internacional de arma de fogo
- Organização criminosa para a prática de crime hediondo

luções jurídicas equilibradas”. — Acreditamos sinceramente que o caminho apresentado pelo substitutivo, embora tenha suprimido inovações que nos pareciam bastante meritórias, é o mais adequado para os tempos que vivemos — ressaltou o relator.

Ficaram fora do projeto itens como a ampliação do excludente de ilicitude — para que policiais não sejam punidos por matar “sob violenta

emoção” —, a possibilidade de que audiências com presos sejam realizadas por videoconferência e a instituição do *plea bargain*, um acordo entre acusação e defesa para encerrar o processo em troca de redução de pena, comum em países como os Estados Unidos.

Inicialmente, o projeto não estava incluído na pauta da CCJ, porque não tinha sido lido em Plenário. Por meio de um acordo de líderes, no entanto, o texto foi discutido e analisado antes do projeto que altera o Código de Processo Penal (CPP) para permitir a prisão após condenação em segunda instância.

A inversão na pauta foi criticada por senadores como Jorge Kajuru (Cidadania-GO) e Alvaro Dias (Podemos-PR). A presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS), esclareceu que houve acordo com os líderes para votação do pacote como veio da Câmara.



Simone Tebet, presidente da comissão, e Marcos do Val, relator do projeto

## Mudança no comitê gestor do Simples vai a Plenário

Garantir a representatividade das microempresas e empresas de pequeno porte no Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) é o objetivo de um projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O PLP 147/2019 segue agora para o Plenário em regime de urgência.

Atualmente o comitê só tem

integrantes indicados pelos fiscos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e a proposição inclui um representante do Sebrae e um das confederações nacionais de representação do segmento de micros e pequenas empresas. A vaga das confederações será ocupada em regime de rodízio anual entre essas entidades.

Para o senador Jorginho Mello (PL-SC), autor do projeto, é preciso que os interesses das empresas que podem ser atingidas por essas mudanças sejam representados. O relator, senador Irajá (PSD-TO), recomendou a aprovação, com emendas. Uma das mudanças diz respeito à responsabilidade pela indicação dos nomes da União no comitê.

## Texto que aperfeiçoa Lei do IPI passa em comissão

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que define o termo “praça” para efeito de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O texto seguiu para o Plenário.

O autor do PL 2.110/2019, deputado William Woo (PV-SP), argumentou que a Receita Federal vem distorcendo o

conceito de “praça”, expandindo-o de forma totalmente arbitrária e sem critério, visão compartilhada pelo relator na CAE, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que recomendou a aprovação do texto.

De acordo com o projeto, “praça” é a cidade onde está situado o estabelecimento remetente — em caso de re-

messas de mercadorias para outro estabelecimento da mesma empresa ou de terceiros —, ou ainda estabelecimento que opere exclusivamente em venda a varejo. A definição é importante porque deixa claro na lei que os preços praticados nessa cidade é que deverão ser levados em conta na fixação do valor tributável mínimo do IPI.

## Davi defende prioridade a PEC sobre prisão em 2ª instância

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que a Casa deve aguardar a votação, pela Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 199/2019, que permite a prisão após a condenação em segunda instância. Segundo ele, acordo entre as presidências do Senado e da Câmara com lideranças definiu que a PEC será votada na Câmara em 2020.

No Senado, projeto sobre o mesmo tema (PLS 166/2018) está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e pode ter a votação concluída hoje.

— Vamos votar o projeto de lei na CCJ, mas sem previsão para votar no Plenário, já que o acordo é aguardar o desfecho da votação da proposta de emenda à Constituição na

Câmara — afirmou Davi.

O texto em análise no Senado foi aprovado ontem na CCJ na forma de um substitutivo (texto alternativo) e, por isso, passará por um turno suplementar de votação marcado para hoje.

O projeto tem caráter terminativo, o que significa que, se aprovado, poderia seguir diretamente para a Câmara, mas a expectativa é que haja recurso dos senadores para que seja analisado em Plenário.

Davi defendeu ainda a aprovação de um texto que seja de conciliação.

— Sempre falei que por meio de projeto de lei poderia haver questionamento judicial. Continuo com a compreensão de que é importante nós votarmos a proposta que está tramitando na Câmara — afirmou.

## Comissão de Justiça aprova projeto e faz nova votação hoje

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto (PLS 166/2018) de Lasier Martins (Podemos-RS) que possibilita a prisão de condenados após decisão colegiada. O parecer da relatora Juíza Selma (Podemos-MT) foi aprovado com 22 votos a favor e um contra.

Por ser um substitutivo, deverá passar por nova votação, marcada para hoje. O projeto faz alterações no Código de Processo Penal, como a substituição do trecho “ninguém poderá ser preso senão em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado” por “[...] em decorrência de condenação criminal por órgão colegiado”.

A presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), informou que a aprovação fez parte de um acordo que possibilitou também a aprovação do PL 6.341/2019, o chamado “pacote anticrime”.

— Foi uma costura que teve a participação dos senadores com o objetivo de ver os projetos aprovados.

Lasier Martins considerou que foi superada “uma apreensão que tomava conta dos brasileiros”. Para Jorge Kajuru (Cidadania-GO), a população tem que pressionar para garantir que o texto vire lei. Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) disse que vai cobrar a votação urgente no Plenário.

— Temos que entregar esse presente para os brasileiros — defendeu Eduardo Girão (Podemos-CE).

Alessandro Vieira (Cidadania-SE) afirmou que a aprovação é uma vitória da política. Para Major Olímpio (PSL-SP), o Senado demonstrou grandeza. Alvaro Dias (Podemos-PR) e Carlos Viana (PSD-MG) elogiaram Simone Tebet. Rogério Carvalho (PT-SE) criticou a proposta por considerar que ela ignora o princípio da presunção de inocência.



Senadores Arolde de Oliveira, Juíza Selma e Jorge Kajuru

# Suplente de Flávio Bolsonaro nega fake news

Convocado a depor na CPI mista sobre notícias falsas e disparos nas redes sociais nas eleições de 2018, o empresário afirmou que sua casa não foi usada para esse fim

O EMPRESÁRIO PAULO Marinho, morador de uma casa no Rio de Janeiro que funcionou como central de atividades da campanha presidencial de Jair Bolsonaro, negou que o espaço tenha sido usado para a emissão de notícias falsas durante as eleições de 2018.

Marinho falou ontem à comissão mista parlamentar de inquérito que investiga notícias falsas e assédio nas redes sociais (CPI das Fake News). Ele confirmou que a sua residência abrigou integrantes da campanha, mas ressaltou que eles estavam envolvidos apenas com a comunicação oficial do PSL e que as atividades envolveram um contrato de aluguel.

— Cedi dois cômodos de um anexo da minha casa, que foram utilizados pela base de comunicação da campanha para gravação e edição dos programas de TV, de rádio, das redes sociais do PSL. Aceitei fazer essa generosidade porque aquele espaço não iria conflitar com o dia a dia da minha família.

O aluguel, no valor de R\$



A relatora da CPI, deputada Lídice da Mata, o presidente, senador Angelo Coronel, e o empresário Paulo Marinho

8.750, foi custeado pelo partido, e não diretamente pela campanha do presidente Jair Bolsonaro, disse. O contrato está no nome da esposa de Marinho, Adriana Bourguignon Marinho, e consta da prestação de contas do PSL.

A CPI mista convocou Marinho em função de uma entrevista que ele concedeu em julho, na qual afirmou que distribuiu mensagens de WhatsApp a favor de Jair Bolsonaro na campanha eleitoral.

Em seu depoimento de ontem, o empresário explicou que não estava se referindo à emissão sistemática de notícias falsas, e reiterou que nenhuma

operação desse tipo funcionou na sua casa.

— O que eu quis dizer é que, quando eu recebia coisas que tinham graça, memes, repassava para minha rede de WhatsApp, que contém 15 pessoas da minha intimidade. Não tem nenhuma consequência. Veículos [de imprensa] repetiram à exaustão denúncias me atribuindo coisas que jamais aconteceram na minha residência — afirmou.

Marinho confirmou que o publicitário Marcos Aurélio Carvalho foi o coordenador da equipe de comunicação. Carvalho é um dos sócios fundadores da AM4, uma das

empresas investigadas pela CPI mista por disparos automatizados de mensagens eleitorais.

## Carlos Bolsonaro

A deputada Natália Bonavides (PT-RN), autora do pedido de convocação de Paulo Marinho, quis saber sobre a participação do vereador Carlos Bolsonaro, filho do presidente, nas atividades de comunicação. O empresário respondeu que Carlos não frequentava a casa e não tinha envolvimento com o trabalho que aconteceu lá.

— Se houve alguma participação dele na campanha, foi na gestão das redes sociais do pai, das quais ele detinha as senhas.

Marinho afirmou que há uma distinção entre a comunicação oficial, conduzida pelo PSL, e a militância virtual mobilizada em torno da figura do presidente. Para ele, foi uma comunicação séria, conduzida por pessoas da mais alta qualificação que elegeu Bolsonaro.

— Já os grupos de direita radical, não são produtivos. Eles entendem que ou você está a favor do presidente ou está contra o Brasil, não há alternativa.

Carlos Bolsonaro foi apontado por outros depoentes da CPI como coordenador desses grupos. Paulo Marinho disse que as posturas e atitudes públicas de Carlos são preocupantes.

— Acho que ele é uma pessoa perturbada. Precisa de um tratamento — disse.

Os deputados Paulo Ramos (PDT-RJ) e Rui Falcão (PT-SP) questionaram Marinho sobre a sua relação com o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), de quem ele é primeiro-suplente. O empresário afirmou que não tem contato com Flávio desde a eleição.

## Colegiados aprovam incentivos para a tecnologia da informação

As Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovaram ontem o PL 4.805/2019, que reformula as regras para incentivar a tecnologia da informação. O projeto, proveniente da Câmara, segue com urgência para em Plenário.

O texto cumpre determinação da Organização Mundial do Comércio (OMC) para reformulação da Lei de Informática até o final de 2019. A decisão da OMC veio em

resposta à queixa da União Europeia em 2014 e do Japão em 2015 segundo as quais o Brasil concede incentivos fiscais por meio de tributos, mas cobra esses impostos integralmente dos concorrentes importados.

A proposta aprovada acaba com a isenção e cria um crédito com base no valor total que a empresa investir em pesquisa e inovação a cada trimestre. A aprovação resultou de longa negociação com o governo, conforme o relator da proposta, senador Plínio Valério (PSDB-AM).

## Comissão sobre extinção do DPVAT aprova plano de trabalho

A comissão mista da MP 904/2019, que extingue os Seguros Obrigatórios de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) e por Embarcações ou por suas Cargas (Dpem), aprovou ontem o plano de trabalho do relator, Marcos Rogério (DEM-RO), que propôs a realização de audiências públicas.

Para as reuniões, serão convidados os ministros da Economia, Paulo Guedes; da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, a superintendente da Superin-

tendência de Seguros Privados (Susep), Solange Paiva Vieira, o presidente do INSS, Renato Rodrigues Vieira, o coordenador no Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Rafael Calabria, os presidentes da Seguradora Líder, Wilson Toneto, da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (Cnseg), Márcio Coriolano, da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), Antônio Trindade, e o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida.



Guilherme Carvalho, Luciana Dytz e senador Paulo Paim ouvem o ex-reitor José Geraldo de Sousa Junior

## Debate pede garantia dos direitos fundamentais

A democracia só existe com a garantia dos direitos fundamentais, disseram os debatedores que participaram ontem da audiência que lembrou o aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O debate foi sugerido pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), senador Paulo Paim (PT-RS).

A Defensoria Pública Federal tem atuado para efetivar a assistência jurídica integral e gratuita em todo o país e assim reduzir as desigualdades e discriminações, disse a presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef), Luciana Bregolin Dytz. Entretanto, salientou, o país possui apenas 639 defensores federais e registra um déficit de 57% desses profissionais.

— Enquanto os direitos forem para poucos, a gente não se configura como uma sociedade civilizada e democrática.

Para o professor de Direito e ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) José Geraldo

de Sousa Junior, o momento é mais uma oportunidade para medir a capacidade da sociedade de ter atenção às realidades desafiadoras que são apresentadas, reconstruir as agendas de preservação, salvaguarda e continuidade da luta institucional, e se manifestar na rua.

Na avaliação do senador Paulo Rocha (PT-PA), o Executivo tem atuado para enfraquecer conquistas democráticas como os direitos fundamentais e os Três Poderes, resultando em “retrocesso e destruição de conquistas da dignidade humana”.

Para o representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Guilherme Vilela de Carvalho, não há retrocessos em relação aos direitos humanos. Ele observou que alguns elementos conservadores estão avançando em várias partes do mundo, como o predomínio do direito individual sob a coletividade e disse que esses elementos precisam ser discutidos.

— O progresso de reconhe-

cimento jurídico e institucional de direitos humanos não está garantindo a efetivação desses direitos. Temos um problema que não será resolvido em nível de Estado e à pena de movimentos sociais sem encarar questões caras ao ministério como a colaboração com as religiões, a família, a escola.

Para o representante da Frente Favela, Derson Maia, a pluralidade está limitada a uma construção do sujeito branco e não busca inserir e aprofundar o processo democrático com a participação efetiva do negro.

Segundo a representante do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, Raíssa Maia, o sistema de Justiça criminal no Brasil age com desigualdade étnico-racial e social e com inúmeros casos de desrespeito aos direitos humanos, como os das mulheres presas submetidas a violências na abordagem policial, em especial nas revistas vexatórias, nas audiências de custódia e no cárcere.